

Orcamento poderá ser o impasse

orque mais da m
221 bilhões que o
Distrito Federal

tar em 83, já prev
amente, são recurs

Isso seria perfeitamente possível, se o Governo Federal tivesse pelo menos uma possibilidade de ter aqui em Brasília um governador do PDS. No Nordeste, que é virtualmente sustentado pelo Governo Federal, via transferências de impostos recolhidos nos estados mais ricos da União, o partido governista dispõe de bases suficientes para garantir tal situação. Não à-toa que o PDS já é chamado de "partido nordestino".

ECONOMIA

Foi exatamente em função desse raciocínio óbvio que Newton Rossi presidente da Federação do Comércio de Brasília está se mobilizando para atrair os novos parlamentares a uma vida mais constante na capital da República. Ele se pauta pela representação política que cada parlamentar exerce, intrinsecamente, pelo fato de ter sido eleito pelo voto direto em sua região. Mas, o que ele vê como elemento mais importante é o volume de recursos que podem ser gerados com a permanência matar dos deputados.

Viver a capital federal com mais intensidade, participando de suas reivindicações e asselos, significa, também, ganhar mais, comprar mais e deixar, por conta desse maior poder de consumo parlamentar, um volume maior de impostos que auxilie na autonomia orçamentária do estado.

ASSEMBLÉIA

Brasília poderia ter uma Assembléia Legislativa? perguntam-se as pessoas nos últimos dias, empolgadas com o debate colocado em pauta pelo **Correio Braziliense** nesta semana. Terá recursos para isso? Claro, é a resposta. Quem a dá é um dos membros titulares da Comissão do Distrito Federal no Senado, senador Guilherme Palmeira (PDS-AL).

Segundo o senador, que é ex-governador de seu estado, com uma população próxima a de Brasília, Alagoas possui uma Assembléia de 24 membros - proporcional à sua população com um orçamento estabelecido para o ano de 1985.

...ual de aproximadamente Cr\$ 60 bilhões no ano passado, inferior ao de Brasília no mesmo ano. Só que, lá vem o financiamento de novo, quer supre o orçamento do DF, é Governo Federal.

CÂMARAS

Já se levantou também a possibilidade de cada cidade-satélite vir a ter sua Câmara Municipal. Recente estudo feito pelo economista Edgar Lincoln, assessor do senador Jutahy Magalhães, que realizou um levantamento do perfil da contribuição orçamentária de cada cidade-satélite para com a receita do DF, chegou à conclusão que "deve ser instaurado o sistema representativo sem a extensão às atuais

Trocando em miúdos: com

já existentes. É o caso da proposta em discussão que pretende criar na Câmara dos Deputados uma comissão semelhante à do Senado para absorver discussões, debates e reivindicações da população de

Da mesa
Senado, e

ta dos diversos setores da capital por uma representação política autônoma. Para começar, o presidente da Comissão do DF no Senado, o senador Alexandre Costa, é biônico. Quer dizer, não tem nem a representatividade popular do seu estado. A comissão se reúne uma vez por semana - às terças-feiras -, por duas horas, para discutir Brasília.

A comissão passaria a realizar reuniões semanais de audiência pública "para ouvir pessoas interessadas na solução dos problemas do Distrito Federal". Ela também permitiria à entidades de classe, de empregados e empregadores, associações e órgãos de profissionais liberais o credenciamento, junto à comissão, de representantes que possam, eventualmente, prestar esclarecimentos específicos e opinar sobre assuntos de seu interesse".

O senador Guilherme Palmeira, membro titular da Comissão do DF, que defende a criação de uma Assembléia Legislativa para Brasília, não acredita que qualquer ampliação ou alteração na forma da Comissão do Distrito Federal possa trazer algum benefício para Brasília "se não for acompanhada da ampliação das funções da comissão, ou da maneira como se relacionam essas funções com o Governo local".

O senador, que também defende como forma intermediária conselhos setoriais eleitos pelo povo para servirem de interlocutores com os governantes, vai mais longe: dificilmente um senador-membro da Comissão do DF deixa de aproveitar as oportunidades, que tem para conseguir coisas, para seu estado, para favorecer Brasília. Por exemplo: se um senador descobre uma maneira de conseguir Cr\$ 10 bilhões para aplicar em obras de saneamento básico, ele vai levar esse recurso para seu estado, que o elegeu, o vai dire-

Não é preciso esperar a resposta do senador. Ele argumenta que a decisão de permitir a representação política para Brasília vai caber, no fundo, ao Governo Federal. Ele inclusive não entende porque isso não ocorre já que a maioria da população brasileira é de servidores civis e militares, todos pagos pelo poder público e proibido de se manifestar politicamente, fazer greves, sindicalizar-se, etc.

Do lado do GDF, ao se referir à possibilidade de vir a ser criada aqui uma Assembléia Legislativa, o governador José Ornelas está apostando no sistema de administração que está sendo implantado pelo seu secretário do Governo, César Rômulo Silveira Neto, que estabelece espaços para canalizar opiniões e críticas.